

Bulhões quer conter a expansão do crédito e desindexar a economia

9 FEV 1984

Handwritten: Economia
Handwritten: Brasil
Handwritten: JOURNAL DO BRASIL

São Paulo — Ao insistir na sua tese sobre a necessidade de combater prioritariamente a inflação, para corrigir os rumos da economia brasileira, o ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões recomendou, ontem, que seja contida a expansão de crédito, eliminada a correção monetária e promovida uma desindexação da economia.

Em palestra para cerca de 100 empresários do setor bancário, na Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), Bulhões criticou a expansão do crédito promovida para desenvolver a atividade rural e estimular as exportações, afirmando que, no curso do tempo, tal política, embora favorável a alguns ramos da produção, “revela acentuados resultados negativos para o conjunto da economia”.

Alta dos juros

Observou que as autoridades monetárias estabeleceram limites à expansão de crédito para a indústria e o comércio em geral para forçar os bancos comerciais e os bancos de investimento a destinar parcelas de suas disponibilidades ao financiamento à agricultura e às exportações. Como resultado “a taxa de juros subiu consideravelmente para a área não favorecida”.

— Com a política creditícia adotada, estamos enfrentando três males: inflação, recessão e pesado endividamento — disse o ex-Ministro.

Com base na arrecadação do Imposto de Renda (o maior tributo do país) no período de janeiro a novembro de 1983, o ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões revelou que houve uma “incrível preponderância” do lucro das instituições financeiras no montante do imposto arrecadado — quatro vezes maior que a segunda maior fonte geradora: o comércio varejista.

— Uma economia cuja fonte principal de receita é representada por instituições financeiras é uma economia que se está suicidando — comentou.

Comparando a questão do d'eficit público brasileiro com o de outros países, destacou: “No caso do Brasil, a causa essencial da inflação não reside no déficit do Tesouro e sim na expansão do crédito fomentado pelas autoridades monetárias: a soma dessa expansão de crédito, por ser financiada com recursos do Tesouro e completada com o suprimento da moeda, constitui financeiramente um déficit do Tesouro; corresponde a um excesso de despesa”.

— Não se trata porém de uma despesa cujo corte represente desemprego ou falta de assistência social. É um corte cujas consequências restritivas são menos nocivas que a supressão dos investimentos ou a redução de emprego — disse ele.

O ex-Ministro garantiu que, contida a expansão do crédito imediatamente, com a reversão da expectativa inflacionária, a taxa de juros cairá: “Suprimida a expansão de crédito das autoridades monetárias, a fonte geradora da inflação tenderia a desaparecer. A expectativa de estabilidade dos preços substituiria a longa e contínua perspectiva de elevação dos preços. A nociva realimentação da inflação, por meio da correção monetária, cessaria sua influência, pois cessada a desvalorização da moeda, não haveria mais motivo para corrigir o seu valor.

Indagado sobre a possibilidade de queda da inflação a partir de maio próximo, conforme anunciou o Ministro Delfim Neto, Bulhões admitiu que isso “pode ser possível”. Se isso acontecer realmente, ele pretende ficar de “boca fechada” e não falar mais nada. Mas, se não acontecer, continuará falando.